



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

Acta n.º 14

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA NO DIA DOZE DE JULHO

DE DOIS MIL E DEZASSETE. -----

----- Aos **doze dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezassete**, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, João Filipe Chaveiro Libório, Hugo de Sousa Marques Carreiras e Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes**.-----

- **Período antes da Ordem do Dia:** -----

- **Aprovação da acta da reunião anterior:** Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luís Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi **lida e assinada** a acta da reunião anterior, que havia sido aprovada em minuta.--

- Aprovação da Ordem de Trabalhos da presente reunião: -----

- Seguidamente o Senhor Presidente, propôs a Ordem de Trabalhos anexa, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

- Deu-se então início à discussão da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: PROJECTOS DE ARQUITECTURA:** Pelo Senhor Presidente Luís Simão Duarte de Matos, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedido para quaisquer intervenções enquanto Vereador da Câmara, para intervir no presente assunto por ser familiar do requerente, pelo que de seguida abandonou a reunião. Presente o seguinte projecto de arquitectura em nome de António José Bailão

de Matos, para demolição e reconstrução de edifício sito na Rua da Quinta, em Cabeção. Aprovado por unanimidade dos presentes o projecto de arquitectura de harmonia com o parecer da Divisão de Obras e Urbanismo, devendo o requerente cumprir com o constante no presente parecer. Mais foi deliberado por unanimidade conceder um prazo de 6 meses para apresentação dos projectos de especialidades em conformidade como nº. 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.-----

Acto continuo o Senhor Presidente regressou à reunião.-----

Presente também projecto de arquitectura em nome de Joaquim Carlos Rosado Banha e Ana Rosa Marranito Bacalhau, para alteração de muro na Rua Possidónio Alves Salgado, 61 em Brotas. Aprovado por unanimidade o projecto de arquitectura de harmonia com o parecer da Divisão de Obras e Urbanismo, devendo o requerente cumprir com o constante no presente parecer. Mais foi deliberado por unanimidade conceder um prazo de 6 meses para apresentação dos projectos de especialidades ou o termo de responsabilidade referido no presente parecer em conformidade como nº. 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.-----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS DE PAVIA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO:** Presente informação da Unidade de Acção Sócio Cultural informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeada-

mente os previstos nos Artigos 5, 10, 14 e 15. -----

Vimos propor a atribuição de um subsídio no valor de 500,00€, destinado a apoiar as despesas com a constituição do Grupo Musical “As Cachopas”.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu **acordo** com a proposta apresentada, concedendo ao **Grupo Musical “As Cachopas”** um subsídio no valor de **500,00€**, destinado a apoiar as despesas com a sua constituição, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria com data de ontem, o qual acusa o saldo em Dotações Orçamentais no valor de **2.030.886,46€** e Dotações não Orçamentais no valor de **30.159,79€**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de 5.520,63€. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: MAPA DE FACTURAS:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação o Mapa de Faturas.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade autorizar o pagamento das

faturas constantes no mapa de pagamentos anexo à presente informação no valor de **68.416,40€**.-----

----- **Ponto três - quatro: DEVOLUÇÃO DE PARTE DE GARANTIA BANCÁ-**

RIA ACCIONADA: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que na sequência do accionamento da garantia bancária n.º 001258-02-200390 (Costa & Carvalho, S:A / Município de Mora), foi transferido para a conta do Município, no dia 16-03-2017, o valor de €78.720,61 (setenta e oito mil, setecentos e vinte euros e sessenta e um cêntimos). Acontece que, tendo-se apurado entretanto as responsabilidades da Costa & Carvalho, Lda. emergentes do contrato em causa, de montante consideravelmente superior ao da garantia emitida pelo Millennium BCP, e, por outro lado, em face do protelamento do pagamento que se solicitou a esta instituição financeira, foram também accionadas outras garantias prestadas por outras entidades. Dado isto, o saldo ainda não coberto, em função do apuramento levado a cabo até à presente data, é somente de € 33.226,93 (trinta e três mil, duzentos e vinte e seis euros e noventa e três cêntimos).-----

Pelas expostas razões, propõe-se para deliberação em reunião de Câmara, a devolução ao Banco Comercial Português, S.A. (Millennium BCP) do montante de € 45.493,68 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e três euros e sessenta e oito cêntimos), uma vez que é o excesso entre o valor da garantia accionada e o valor dos gastos suportados pelo Município..-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade de harmonia com a proposta apresentada devolver ao **Banco Comercial Português, S.A. (Millennium BCP)** o montante de € 45.493,68 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e três euros e sessenta e oito cêntimos), uma vez que é o excesso entre o valor da

garantia accionada e o valor dos gastos suportados pelo Município.-----

----- **Ponto três - cinco: COMUNICAÇÃO AO ÓRGÃO EXECUTIVO DA CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, PARA EFEITOS DO Nº. 4 DO ARTIGO 49º. DO OE 2017:** Presen-

te informação da Divisão Administrativa e Financeira informando o seguinte:

Considerandos:-----

I. Enquadramento-----

1. O Orçamento do Estado para 2017 (LOE2017), regula no art.º 49.º o regime aplicável às aquisições de serviços.-----

2. Estipula o n.º 4 desse art.º 49.º que “a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste”.

3. O n.º 12, também do art.º 49.º determina que, nas autarquias locais, comunicação prevista no referido n.º 4 é feita ao órgão executivo - Câmara Municipal.

4. Não foi ainda publicada portaria que regulamentará os termos em que deverá ser concretizada a referida comunicação.-----

II. Comunicação-----

5. Contudo, da conjugação dos citados n.os 4 e 12 do art.º 49º já se retira que a referida comunicação deve: -----

a) Remeter informação sobre a celebração ou renovação de todos os contratos de aquisição de serviços;-----

b) Ser concretizada no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato;

c) Ser feita à Câmara Municipal.-----

6. As reuniões da Câmara Municipal realizam-se quinzenalmente, devendo as

respetivas convocatórias cumprir com os prazos definidos pela Lei n.º 75/2013, de 12.09. -----

7. Determina o art. 5.º do Código do Procedimento Administrativo, sobre o princípio da boa administração, que a Administração Pública deve pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade.-----

8. A comunicação de informação ao órgão executivo deve ser efetuada, preferencialmente, de forma sistematizada, assim se obtendo a referida eficiência, economicidade e celeridade.-----

9. A reunião de informação relativa a todos os contratos de aquisições de serviços celebrados ou renovados durante o mês, para efeitos de comunicação, no mês seguinte, à Câmara Municipal, permitirá, inquestionavelmente, dar cumprimento ao referido princípio.-----

III. Termos da comunicação-----

10. Na LOE2016 era o art.º 35.º n.º 16 que estipulava que a celebração ou renovação de contratos de aquisições de serviços a que se referiam os n.os 8, 12 e 14 dessa norma, devia ser obrigatoriamente comunicada ao membro do Governo responsável pela área das finanças no prazo de 30 dias, tendo essa obrigação sido regulamentada, apenas para a administração central do Estado, através da portaria n.º 194/2016, de 19.07, não tendo sido publicada qualquer portaria para as Autarquias Locais.-----

11. Assim, e até que seja publicada a portaria que regulamentará os termos em que deverá ser efetuada a comunicação da celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, entende-se que se poderá adotar o regime constante da citada portaria n.º 194/2016.-----

12. Estabelece o art.º 6.º da portaria n.º 194/2016, que a comunicação deverá

ser feita através de formulário eletrónico próprio, devendo juntar-se, com as devidas adaptações, os elementos previstos no n.º 2 do art.º 4, que consistem:

- a) Descrição, objeto e valor do contrato;-----
- b) Demonstração do carácter não subordinado da prestação, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----
- c) Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade; -----
- d) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;-----
- e) Identificação da contraparte. -----

PROPONHO: -----

Para os efeitos previsto no art.º 49.º n.os 4 e 12 da LOE2017, que:

1. Se autorizar que a comunicação da celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços seja feita, por agregado, sempre numa das reuniões de Câmara Municipal que se realizem no mês imediatamente seguinte àquele em que foram celebrados ou renovados os contratos objeto de comunicação;
2. A comunicação inclua a informação referida no considerando 12 da presente proposta. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, de harmonia com o constante na proposta da Divisão Administrativa e Financeira, e de acordo com o previsto no artigo 49º. n.os 4 e 12 da LOE 2017 o seguinte:

1. Autorizar que a comunicação da celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços seja feita, por agraado, sempre numa das reuniões de Câmara Municipal que se realizem no mês imediatamente seguinte àquele em

que foram celebrados ou renovados os contratos objeto de comunicação;
2. A comunicação inclua a informação referida no considerando 12 da presente proposta. -----

----- **Ponto três - seis: PARECER PRÉVIO E VINCULATIVO À CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÕES DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE TAREFA E AVENÇA:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando o seguinte:-----

Considerandos: -----

1. Enquadramento -----

1.1. O Orçamento do Estado para 2017 (LOE2017), aprovado pela Lei n.º 42/2016, regula no art.º 51.º nº1 que “a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços na modalidade de tarefa ou de avença, carece de parecer prévio vinculativo (PPV)...”. -----

1.2. É na classificação económica 010107 e na 020225 que se encontram registados os contratos de prestação de serviços na modalidade de tarefa e avença, pelo que será a estes que se aplicará a obrigação de emissão de PPV, prevista no citado art.º 51.º. -----

2. Parecer prévio vinculativo (PPV). -----

2.1. A Portaria n.º 149/2015 mantém-se em vigor dado que define os termos e a tramitação do PPV previsto no art.º 6.º do DL n.º 209/2009, e porque, apesar da caducidade da LOE2015, os regulamentos de execução caducam com a revogação das leis que regulamentam, salvo na medida em que sejam compatíveis com a lei nova e enquanto não houver regulamentação desta, por força do art.º 145.º n.º 2 do Código de Procedimento Administrativo (CPA). -----

2.2. Assim os termos e a tramitação da emissão do PPV nas Autarquias Locais

devem respeitar o disposto nos citados art.º 6.º do DL n.º 209/2009 e Portaria n.º 149/2015, adaptados em função do disposto no referido art.º 51.º da LOE2017. -----

2.3. Relativamente ao requisito previsto na alínea b) do n.º 2 do art.º 51.º (inexistência de pessoal em situação de requalificação apto para o desempenho dessas funções), entende-se que, mantendo-se vigente a Portaria n.º 48/2014 (estabelece o procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação), poderá também considerar-se como ainda vigente o acordo celebrado entre o Governo e a ANMP, a 08.07.2014, que esclarece, no ponto 22, que “O Governo entende que no âmbito e para efeitos da Portaria n.º 48/2014, relativa ao procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação, as autarquias não estão sujeitas à obrigação de consulta prévia à Direção Geral de Qualificação dos Trabalhadores (INA) previstas naquela Portaria”. -----

2.4. A emissão do PPV deve, por força dos requisitos resultantes da conjugação dos art.ºs da LOE2017, 32.º da LGTF, 6.º do DL n.º 209/2009, e da Portaria n.º 149/2015, garantir: -----

2.4.1. A verificação do carácter não subordinado da prestação, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----

2.4.2. A existência de cabimento orçamental; -----

2.4.3. Ademonstração do cumprimento da obrigação de não ultrapassar em 2017 os valores pagos em 2016, de acordo com o definido no art.º 49.º da LOE2017. -----

3. Verificação da inexistência de impedimento pela contraparte

3.1. Do citado art.º 3.º n.º 2 da Portaria n.º 149/2015 deriva ainda que a emissão de PPV depende da verificação de inexistência de impedimento pela contraparte à celebração ou renovação do contrato.-----

3.2. A verificação da inexistência de impedimento, cuja exigência não se tem aplicado à Administração Central, por razões que se desconhecem, apenas se demonstra exigível nos ajustes diretos, na medida em que apenas nestes a contraparte é determinável.-----

3.3. Com exceção dos ADS (ajustes diretos simplificados), que por consistirem numa adjudicação sobre fatura, nos termos do disposto no at.º 128.º do CCP (Código dos Contratos Públicos), tornam inaplicável a apresentação prévia de qualquer tipo de declaração, o município exige a todos os concorrentes que, com a apresentação da proposta, anexem um documento através do qual, sob compromisso de honra, declaram que não se encontram abrangidos por algum dos impedimentos aplicáveis à contratação pública, sendo tal declaração comprovada pelo adjudicatário aquando da entrega dos documentos de habilitação:-

3.4. Nos procedimentos de aquisição de serviços de coadjuvação na elaboração das peças dos procedimentos, é exigida ainda a apresentação de uma declaração em que o concorrente garante que, relativamente aos intervenientes no processo em concreto, não se encontra numa situação de impedimento.-----

3.5. Não resultando da citada alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º da portaria n.º 149/2015 como deverá ser verificada a referida inexistência de impedimentos, é a mesma garantida com a apresentação das declarações referidas, das quais decorre que o adjudicatário não se encontra em situação que configure um impedimento, o que dispensa nova verificação.-----

4. Autorização genérica-----

4.1. Conjugados os art.os 51.º n.º 5 da LOE2017, 32.º da LGTP, o 6.º n.º 2 do DL n.º 209/2009 e o 4.º da Portaria n.º 149/2015, a Câmara Municipal pode autorizar o Presidente, ou quem tiver competência delegada para a decisão de contratar, a celebrar um número máximo de contratos de tarefa e avença, desde que: -----

4.1.1. seja cumprido o disposto atual n.º 1 do art.º 32 da LGT;-----

4.1.2. não sejam excedidos os prazos contratuais inicialmente previstos;-----

4.1.3. nem aumente os encargos financeiros globais anuais, que devam suportar os referidos contratos, e tenham competente inscrição orçamental:-----

4.1.4. especifique o objeto e o valor máximo de cada contrato.-----

4.2. A dispensa de PPV, nestes termos, permitirá ganhar celeridade na contratação de serviços e assim diminuir o prejuízo para o interesse público provocado pela norma orçamental em causa. -----

5. Competência-----

O n.º 7 do referido art.º 51.º, lido em conjugação com o n.º 6, estabelece que o PPV é da responsabilidade do presidente da Câmara Municipal, assim como a autorização genérica tratada no considerando 4. -----

PROPONHO: -----

1. Para os efeitos previstos no art.º 4.º da Portaria n.º 149/2015, e no art.º 51.º da LOE2017, se autorize a dispensa de PPV, na celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nas seguintes condições: -----

a) Ao Presidente da Câmara Municipal até aos montantes aí previstos e conforme os respetivos termos de delegação de competências;-----

b) Até ao máximo de 50 contratos-----

c) Em que cada um não poderá ultrapassar o montante anual de 112.000,00€ (sem IVA); -----

d) Cujo prazo de vigência pode ser superior a 1 ano, mas sem possibilidade de renovação automática nem prorrogação do prazo; -----

e) Desde que cumpridos os requisitos cumulativos referidos no n.º 2 do art.º 3.º da Portaria n.º 149/2015.-----

2. A aprovação da dispensa da verificação de inexistências de impedimento à celebração ou renovação de contrato, prevista no n.º 2 do art.º 3.º da Portaria n.º 149/2015, com os fundamentos constantes do considerando 3.-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, de harmonia com o constante na proposta da Divisão Administrativa e Financeira, o seguinte: -----

1. Para os efeitos previstos no art.º 4.º da Portaria n.º 149/2015, e no art.º 51.º da LOE2017, se autorize a dispensa de PPV, na celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença, nas seguintes condições: -----

a) Ao Presidente da Câmara Municipal até aos montantes aí previstos e conforme os respetivos termos de delegação de competências;-----

b) Até ao máximo de 50 contratos-----

c) Em que cada um não poderá ultrapassar o montante anual de 112.000,00€ (sem IVA);-----

d) Cujo prazo de vigência pode ser superior a 1 ano, mas sem possibilidade de renovação automática nem prorrogação do prazo;-----

e) Desde que cumpridos os requisitos cumulativos referidos no n.º 2 do art.º 3.º da Portaria n.º 149/2015.-----

2. A aprovação da dispensa da verificação de inexistências de impedimento à celebração ou renovação de contrato, prevista no n.º 2 do art.º 3.º da Portaria n.º 149/2015, com os fundamentos constantes do considerando 3. -----

----- **Ponto três - sete: COMUNICAÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AO ABRIGO DO N.º 4 DO ARTIGO 49º DO OE 2017 - DE**

JANEIRO A JUNHO DE 2017: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** informando que para cumprimento no disposto no n.º 4, do art.º 49º da Lei do Orçamento de Estado, junto se anexa à presente informação, para conhecimento, a listagem dos contratos de prestações de serviços estabelecidos entre janeiro e junho de 2017. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.-----

----- **Ponto três - oito: CONTRATO DE ARRENDAMENTO - LOTE N.º 56 NA ZONA INDUSTRIAL EM MORA EM NOME DE VITOR M. R. BISCAIA.:**

Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** propondo arrendamento do Lote n.º 56 na Zona Industrial em Mora pelo período de 3 anos, ao **Sr. Vitor Biscaia** para estacionamento de veículos pelo valor de **157,41€**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade arrendar o **Lote Nº 56 da Zona Industrial em Mora**, a **Vitor M. R. Biscaia**, para estacionamento de veículos. -----

----- **Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE:** -----

----- **Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL:** -----

----- **Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE:** A Câmara Municipal tomou conhecimento e ratificou os seguintes despachos do Senhor Presidente:-----

- Em que determinou, rectificar o despacho datado de 09 de Junho de 2017, referente à abertura de procedimento tipo Ajuste Direto para a "Aquisição de Uma Aplicação Móvel e 32 Placas Referenciais", retirando das firmas a consultar a firma WEBLIME - Tecnologia, Design e Marketing, Lda., dado que esta firma não está certificada na Plataforma Electrónica das Compras Públicas - Vortal.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- Em que determinou, rectificar o despacho datado de 19 de Junho de 2017, referente à abertura de procedimento tipo Ajuste Direto para Contratação dos Espectáculos e Serviços para a EXPOMORA 2017, retirando das firmas a consultar a firma Sons da Vicentina, Produção de Espectáculos, Unipessoal, Lda., dado que esta firma já atingiu o limite para os ajustes directos.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- **Em que determinou** que à caracterização do posto de trabalho, com a atividade 4 da carreira/categoria Assistente Operacional, no Setor de Obras Municipais, anexo ao mapa de pessoal deste Município: -----

"Executar trabalhos de conservação dos pavimentos; assegurar o ponto de escoamento das águas, tendo sempre para esse fim, de limpar valetas, desobstruir aquedutos e compor bermas; cuidar da conservação e limpeza dos marcos, balizas ou quaisquer outros sinais colocados na via; transportar e conservar com zelo todas as ferramentas necessárias ao serviço", sejam também atribuídas ao trabalhador recrutado por reserva de recrutamento do procedimento concursal comum para o preenchimento de dois postos de trabalho de Assistente Operacional, na área das obras municipais, cujo aviso de abertura foi publicado no Diário da República nº. 154, II Série, de 11 de agosto de 2016, as

seguintes funções: -----

"Proceder à abertura e aterro de sepulturas, ao depósito e ao levantamento dos restos mortais; cuidar do serviço do cemitério que lhe está distribuído". Mais determinou, que estas funções produzam efeitos a partir de 01 de julho de 2017. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- Em que determinou conceder a licença sem remuneração a Manuel António Vidigal Barbeiro, nos termos solicitados. Mais determinou que o presente despacho seja encaminhado para o Serviço de Pessoal para os devidos efeitos, nomeadamente os previstos no art.º 281.º do mesmo diploma e demais legislação aplicável, e que se notifique o trabalhador. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- Em que determinou cancelar a atribuição do abono para falhas à funcionária Andrea Cristina Lamarosa Fernandes, uma vez que deixou de desempenhar a tarefa que lhe conferia o direito de receber este abono. Mais determinou que o presente despacho produza efeitos a partir de 1 de julho de 2017. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

- Em que determinou, abrir Procedimento Tipo Ajuste Direto para Contratação de Serviços e Equipamento para a EXPOMORA 2017, nos termos do Decreto-Lei número 18/2008, de vinte nove de Janeiro, na sua última redação, pelo prazo de 08 dias, após a publicação na plataforma electrónica, em conformidade com o Convite e Caderno de Encargos. -----

Mais determinou que sejam consultadas as seguintes empresas: -----

Musiestrada, Unipessoal, Lda.; Paulo Albino & Ricardo Albino, Lda. e ISISOM - Produção de Actividades Recreativas e Culturais, Lda.;-----

Determinou também aprovar o Convite e Caderno de Encargos, respetivos.
O valor base do procedimento é de 30,000,00 €, mais IVA.-----

Determinou ainda que o júri do referido concurso tenha a seguinte composição:
Senhores, Vereador Marco Filipe Barreiros Pires, vereadora Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes, e António Luís Fernandes Carlos, sendo Presidente do mesmo o Senhor vereador, Marco Filipe Barreiros Pires, como membros efectivos e como membros suplentes os Senhores Vereador Hugo de Sousa Marques Carreiras e António Alberto Nunes Vitorino.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.-----

- Em que determinou, celebrar um Protocolo de Colaboração referente ao Projecto Inovador de Combate ao Insucesso Escolar de MORA, entre o Município de Mora e o Agrupamento de Escolas de Mora.-----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade ratificar o despacho dado pelo Senhor Presidente.-----

----- **Ponto cinco - dois: CEDÊNCIA LOTE TERRENO - LIGA COMBATENTES:**

TES: Presente informação do **Senhor Presidente** informando que tendo em consideração que as instalações da Liga dos Combatentes - Núcleo de Mora são exíguas para a realização de iniciativas é uma realidade.-----

Entretanto, após várias reuniões, a Liga dos Combatentes solicitou à Câmara Municipal de Mora a cedência um terreno para construção de uma nova sede, em que terá várias valências, designadamente um Gabinete Médico e de Enfermagem, bem como uma Zona de Lazer e um pequeno bar de apoio aos seus sócios. -----

Neste sentido, propõe o Senhor Presidente a cedência do Lote Nº 27 do Loteamento Municipal de Mora da Quinta das Sesmarias, em Mora para a construção

de uma nova Sede para a Liga dos Combatentes. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade ceder o Lote n.º 27, do **Loteamento Municipal de Mora da Quinta das Sesmarias**, em Mora, **em direito de superfície**, à **Liga dos Combatentes – Núcleo de Mora**, para a construção de uma nova **sede para a Liga dos Combatentes**. Mais deliberou por unanimidade, que na escritura deverá constar que caso o Núcleo deixe de ter o funcionamento a se propôs e que deu origem à presente cedência, as **mais-valias feitas no Lote n.º 27 do Loteamento Municipal da Quinta das Sesmarias, em Mora, devem reverter para o Município de Mora**. -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.-

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e vinte cinco minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo
funções na Divisão Administrativa/Financeira, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mora, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-----

